

## 9. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Taxas e emolumentos	(25.491)	(8.613)
Serviços terceiros	(20.276)	(1.583)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(5.594)	(1.210)
Tributos	(4.125)	(4.436)
Depreciação	(13.821)	-
Despesas com cartão	(9.842)	(1.389)
Despesa com publicidade	(1.820)	(500)
Gastos diversos	(325)	(19)
Despesa com combustível	(1.094)	(613)
Despesas com licença ambiental	(44.587)	(3.350)
Compartilhamento de despesa	(17.038)	(1.672)
Legais, judiciais e publicações	(23.500)	(25.000)
	(167.513)	(48.385)

## 10. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	16	28
Outras receitas	-	35
	16	63
Despesas financeiras		
Juros pagos	(4)	(49)
Tarifas bancárias	(821)	(669)
Multas	(81)	(2.092)
IOF	(2)	(2)
	(908)	(2.812)
Total	(892)	(2.749)

11. **Transações partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2017

	2018	2017
Passivo		
Fornecedores - Mútuo (a)		
Resultado		
Compartilhamento de despesas (a)		
<b>Em 31 de dezembro 2018</b>		
Passivo		
Fornecedores		
Resultado		
Compartilhamento de despesas (a)		
(a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.		
		17.038

12. **Instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

## a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	977	977	240	240
Fornecedor	(15.547)	(15.547)	-	-
Partes relacionadas	(1.789)	(1.789)	-	-
Total	(16.359)	(16.359)	240	240

13. **Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Diretoria.

Contador responsável:

Eugênio Pacelli Mendonça Dupin - CRC- SP 201976/O-1 T-CE

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da **Ventos de Santa Angélica Energias Renováveis S.A.** (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Santa Angélica Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Angélica Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2019

ERNST &amp; YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Ana Sampaio Fortic Leal - CONTADORA CRC CE019456/O-7

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Itaitinga – Aviso de Sessão de Julgamento das Propostas de Preços – Concorrência Nº 2201.01/2019/CP.** Objeto: execução de pavimentação e manutenção do sistema viário de acordo com a demanda do Município de Itaitinga/CE. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que no dia 22.04.2019, às 11:00h estarão abrindo sessão de julgamento das propostas de preços do dito processo, no endereço da Prefeitura à Av. Cel. Virgílio Távora, 1710 - Bairro Antônio Miguel, Itaitinga/CE – Setor de Licitações. **Itaitinga – Ce, 17 de Abril de 2019.**  
**Maria Leonez Miranda Serpa – Presidente da CPI.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará – Município de Jaguaratama - Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 2019041601-ESPO.** Objeto: construção de quadra poliesportiva na Localidade de Desterro no Município de Jaguaratama - CE, a Comissão de Licitação comunica aos interessados que a sessão de recebimento dos envelopes será dia 02/05/2019 às 10h:00min, na sala da Comissão de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, Rua Tristão Gonçalves, 185. Maiores informações tel. (88) 3576-1305. **Jaguaratama-Ce, 16 de Abril de 2019, Francisco Jean Barreto de Oliveira – Presidente CPL.**

